

Relatório de Atividades 1998



Ação Educativa
Assessoria, Pesquisa e Informação



Diretoria

Marilia Pontes Sposito
Luiz Eduardo W. Wanderley
Pedro Pontual
Nilton Bueno Fischer
Vicente Rodriguez

Secretário Executivo

Sérgio Haddad

Edição de texto:
Vera Masagão Ribeiro

Editoreção eletrônica:
Augusto Gomes

São Paulo, 1999

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, **4**
2. PROJETOS, **6**
 - 2.1. Área Ações Coletivas e Políticas Públicas, 6
 - 2.2. Área Educação Básica de Jovens e Adultos: Concepções e Práticas Pedagógicas, 9
 - 2.3. Área de Juventude: Educação, Cultura e Trabalho, 12
 - 2.4. Serviço de Informação e Documentação, 16
3. GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, **19**
4. PRESENÇA NA MÍDIA, **22**
5. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, **24**
6. CURSOS E ENCONTROS DE ASSESSORIA, **30**
7. PESSOAL, **32**
8. APOIOS E PARCERIAS, **34**

1.

INTRODUÇÃO

Este relatório traz um balanço das atividades realizadas no ano de 1998, o primeiro do período 1998-2000, que corresponde ao segundo Plano Trienal de Ação Educativa. A meta que estabelecemos para esse triênio foi a de firmar Ação Educativa como centro de referência na construção de uma plataforma de direitos sociais, especialmente os referidos à educação e à juventude. Em 1998 deram-se passos importantes nesse sentido, ainda que persistam insuficiências que precisam ser superadas para se fazer frente à complexa e em muitos aspectos adversa conjuntura em que vimos atuando.

Como tendência geral, assistiu-se no período disseminarem-se discursos que põem em cheque a legitimidade de direitos sociais, aliados à constante restrição do financiamento de políticas destinadas a efetivá-los. Ainda assim, os temas da educação e da juventude ganharam espaço na agenda pública, o que gerou para Ação Educativa novas possibilidades de influência e articulação. Um espaço de atuação que se mostrou particularmente frutífero foi o de algumas administrações municipais que vêm investindo na experimentação de políticas públicas alternativas voltadas ao combate à pobreza, à ampliação da participação democrática na gestão pública, à educação popular e à expressão das demandas sociais e culturais de grupos juvenis. Também vêm sendo criadas novas formas de articulação de atores envolvidos no campo da educação e com a questão juvenil.

As atividades realizadas em 1998 dão indícios de como Ação Educativa vêm aproveitando essas oportunidades, ampliando seu espectro de atuação, fortalecendo sua institucionalidade e reconhecimento social.

Um primeiro aspecto que merece destaque neste sentido é a consolidação da área de juventude, com uma melhor definição de seus focos de interesse e, principalmente, o alargamento da rede de contatos com seus interlocutores preferenciais, os grupos juvenis. No próximo período, entrará em funcionamento o centro de referência para jovens em parceria com a prefeitura de Santo André; deve também ter início um projeto focalizando a relação entre culturas juvenis e escola, concomitante às ações de apoio a grupos juvenis e à sua articulação nos âmbitos local e nacional. A perspectiva, portanto, é que as ações voltadas à juventude continuem crescendo, de modo a que se alcance, do ponto de vista institucional, um maior equilíbrio entre os campos temáticos educação e juventude.

No terreno da comunicação a *home page* da instituição foi colocada na Internet e seus bancos de dados começaram a ser preparados para consulta por acesso remoto. O boletim *Informação em Rede* vem sendo distribuído com periodicidade mensal para um público de mais de duas mil pessoas interessadas na educação de adultos. Informações e opiniões dadas por assessores de Ação Educativa, continuam encontrando espaço nos meios de comunicação. Como informa a listagem que constitui a parte 4 deste relatório, em 1998 foram 33 inserções, sendo 12 delas em grandes jornais com influência nacional. Também a participação em eventos tem sido uma estratégia para disseminar resultados de pesquisa e experiências de trabalho. No ano, os assessores de Ação Educativa participaram de 64 eventos em várias regiões do país. Na parte 5 deste relatório apresenta-se o



balanço da distribuição geográfica desses eventos, as instituições promotoras e os assuntos em pauta. Para o próximo período, espera-se seguir nesse caminho, melhorando as formas de relação com os órgãos de imprensa, de modo a que Ação Educativa se torne mais propositiva na orientação dos debates sobre educação e juventude levados ao grande público por meio da imprensa.

Com relação aos serviços de assessoria e formação de educadores, ocorreu também uma ampliação do atendimento. Além da assessoria continuada a três programas, respondeu-se a demandas de diversos órgãos públicos e promoveram-se cursos abertos ao público, com bolsas para educadores ligados a organizações populares. A proposta curricular e os materiais didáticos que estão em processo de elaboração vêm servindo como ferramentas importantes para potencializar esse trabalho, tanto como suporte pedagógico para a equipe de formadores de Ação Educativa quanto para outros agentes que trabalham na formação de educadores de jovens e adultos nos mais diversos espaços, universidades, órgãos públicos e programas de alfabetização.

Para o próximo período, o desafio que se coloca com relação a esse aspecto é a divulgação de materiais didáticos que estão sendo elaborados e uma ampliação da equipe de formadores, de modo a responder às demandas mais eficazmente. A equipe também deverá se empenhar na sistematização de suas experiências de formação, qualificando-se para participar do debate sobre as políticas de formação de educadores, ponto que vem sendo identificado como crucial para a efetiva melhoria dos sistemas de ensino público.

Finalmente, uma das mais importantes estratégias assumidas por Ação Educativa é a mobilização de agentes para que participem da elaboração e acompanhamento das políticas públicas de educação e juventude. Uma das estratégias fixadas para o período foi estabelecer relações mais estreitas entre os grupos e organizações que interagem com Ação Educativa. Além dos avanços realizados a esse respeito na área da juventude, tal estratégia foi cumprida também com a prestação de assessoria a três escolas públicas, no projeto Gestão Escolar Democrática, bem como com a prestação de assessoria ao Fórum de Educação da Zona Leste e no processo de elaboração interinstitucional do projeto Integrar pela Educação, que se espera iniciar em 1999. No nível nacional, Ação Educativa promoveu o contato e o diálogo entre integrantes de universidades, ONGs, sindicatos, movimentos populares e órgãos públicos, ao realizar, publicar e distribuir colóquios sobre políticas educacionais. O mesmo se deu no trabalho da Ação Educativa como parte do Ceeal, no processo de organização do encontro nacional sobre o cumprimento das resoluções da Conferência de Educação de Adultos (Hamburgo, 1997). Nesse processo, acentuou-se a interlocução entre associações de governantes municipais e estaduais, Ministério do Trabalho e Ministério da Educação, grupos temáticos de especialistas, pesquisadores universitários, centrais sindicais, organizações empresariais, ONGs e Unesco. Rearticulou-se, assim, um campo de atores que estava disperso. Para o próximo ano, projeta-se dar início a uma ampla mobilização de agentes e da opinião pública em torno da defesa de direitos educativos. Tal iniciativa deverá representar um grande avanço com relação a essa estratégia de mobilização, estabelecendo um eixo de articulação para muitas das atividades que vêm sendo desenvolvidas na área de Ações Coletivas e Políticas Públicas.

Os relatos dos projetos apresentados a seguir trazem mais informações sobre essas e outras atividades, assim como um balanço mais detalhado dos resultados alcançados, das insuficiências a serem superadas e das perspectivas para os próximos anos. Dedicou-se também um item às atividades relacionadas à gestão, administração e finanças da instituição. Ao final, encontram-se listas que inventariam a presença de Ação Educativa na mídia, a participação em eventos, cursos e encontros, além do quadro dos agentes envolvidos nessas atividades e de instituições que apoiam o trabalho de Ação Educativa.

2. PROJETOS

2.1. ÁREA AÇÕES COLETIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1. PROJETO ACOMPANHAMENTO DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NO SETOR EDUCACIONAL

Sumário

Propõe-se acompanhar, analisar, divulgar informações e promover o debate em torno das ações dos organismos multilaterais no setor educacional no Brasil, especialmente as ações do Banco Mundial. As atividades se dedicam à pesquisa, organização e publicação de debates sobre algumas das principais políticas educacionais implementadas com recursos e orientações do Banco.

Atividades e produtos

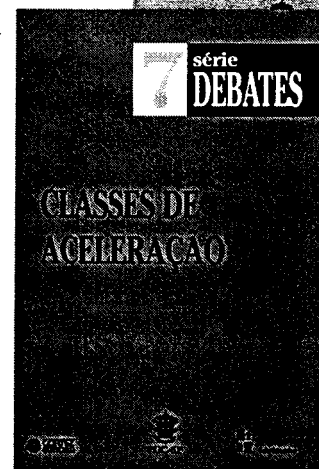
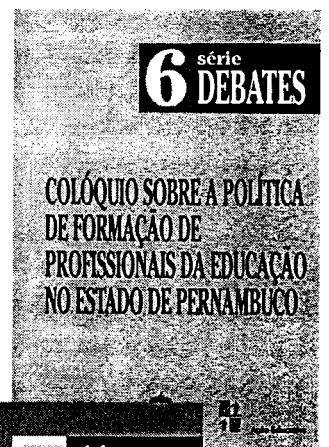
Para a investigação de políticas educacionais decorrentes de acordos firmados entre governos e o Banco Mundial, o projeto privilegiou o tema da municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo e o da implementação do Projeto de Educação Básica para o Nordeste. Sobre a municipalização, foi redigido um relatório preliminar, a ser utilizado no relatório final, no primeiro semestre de 1999, quando incorporará os dados consolidados dos gastos municipais com educação em 1998. Quanto ao Projeto de Educação Básica para o Nordeste, reuniu-se o material necessário para elaborar um balanço crítico.

Para submeter à crítica outras políticas educacionais, publicou-se um colóquio sobre formação de professores no estado de São Paulo, um sobre formação de professores no estado de Pernambuco e um sobre classes de aceleração, todos realizados no ano anterior. Realizou-se, em 1998, outro colóquio sobre ensino seriado e por ciclos, que está sendo preparado para publicação.

Publicou-se um artigo sobre políticas educacionais no livro *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil* (editado pela Rede Brasil) e se participou de um debate em audiência pública no Congresso Nacional. Também foi publicada a segunda edição do livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, produto de atividades do projeto em 1995-1996.

Balanço dos resultados e perspectivas

As atividades levaram à sedimentação da experiência relativa à publicação de colóquios. Fazê-la em co-edição com uma editora comercial possibilitou melhorar sua



apresentação gráfica e aumentar a tiragem. Levou à difusão de informações e argumentos praticamente indisponíveis para um público não diretamente envolvido na pesquisa ou na implementação das políticas educacionais debatidas.

Quanto às pesquisas, dificuldades típicas para a obtenção de informações oficiais, bem como para encontrar pesquisadores capazes de trabalhar com o assunto central do projeto geraram atrasos na programação, embora não comprometam a obtenção dos produtos previstos. Com a entrega destes no primeiro semestre de 1999, a perspectiva é realizar um seminário de balanço da atuação do Banco Mundial na educação brasileira e buscar alternativas de financiamento para dar continuidade e aperfeiçoar o trabalho com colóquios.

2.1.2. PROJETO POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sumário

O Projeto tem por objetivo potencializar agentes da sociedade civil e órgãos públicos que atuam em prol da ampliação e qualificação dos serviços de educação de jovens e adultos, para o que se propõe produzir, analisar e disseminar informação qualificada e conhecimentos sobre políticas públicas. As estratégias empregadas para alcançar tais objetivos compreendem o desenvolvimento de pesquisas, a constituição de bancos de dados, o monitoramento das políticas públicas nacionais e de acordos internacionais, assessoria a órgãos públicos e não governamentais, articulação de atores e animação de redes de organizações civis, elaboração de publicações e participação em eventos.

Atividades e produtos

As atividades de pesquisa compreenderam documentação e análise de 381 teses e dissertações, inserção de 318 registros em banco de experiências e em cadastro de pesquisadores; seus resultados parciais foram apresentados na 22ª Reunião Anual da ANPEd ao Grupo de Estudos sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se consolidou e elegeu Sérgio Haddad coordenador. Foi iniciada assessoria a uma central sindical (CGT) e um organismo pára-estatal sob gestão empresarial (SESC) na implementação de projetos de alfabetização de jovens e adultos. Assessores do Projeto participaram de 19 eventos realizados em 6 estados brasileiros, para um público de mais de 2,5 mil pessoas de sistemas públicos de ensino municipais e estaduais, órgãos do poder legislativo, universidades, sindicatos, entidades empresariais, organizações não governamentais e pastorais, além de 2 eventos internacionais. Foram publicadas 9 edições do boletim *Informação em Rede*, cuja tiragem alcançou dois mil exemplares. Publicaram-se mil exemplares dos nºs 6 e 7 de *Alfabetização e Cidadania*, revista da RAAAB, abordando a alfabetização matemática e os direitos humanos; o nº 8, sobre educação e trabalho, será lançado em fevereiro de 1999. Acumulamos a editoria da revista com a secretaria da RAAAB. Coordenamos a rede de ONGs brasileiras filiadas ao CEAAL. Em conjunto com a UNESCO, o Ministério da Educação, o CONSED e a UNDIMÉ, o CEAAL promoveu o encontro nacional da estratégia latino-americana de continuidade da V Conferência Internacional

SIGLÁRIO

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação é a mais importante associação científica na área da educação. Ação Educativa já empreendeu vários projetos em parceria com a associação na área de disseminação de informações e fomento à pesquisa.

RAAAB – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil é uma rede de centros de educação popular e alfabetização constituída em 1986 e que conta hoje com 120 filiados. Além da edição de uma revista dirigida a educadores de jovens e adultos (*Alfabetização & Cidadania*), a Rede promove uma feira latino-americana bianual de alfabetização.

CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina congrega aproximadamente 200 ONGs relacionadas aos campos da alfabetização, gênero, direitos humanos, meio ambiente, poder local e comunicação popular, 26 das quais são brasileiras. Além de publicar uma revista semestral (*La Pirogua*) e um boletim (*La Carta*), desempenha papel importante na produção de conhecimento, convocação de eventos e articulações internacionais.

CONSED – Conselho de Secretários Estaduais de Educação congrega os 27 Secretários de Educação dos Estados e do Distrito Federal, atuando no diálogo com as demais instâncias de governo, o legislativo, o Conselho Nacional de Educação, as organizações sindicais e técnico-científicas, assim como os organismos multilaterais que financiam projetos na área educacional.

de Educação de Adultos, do qual participaram 152 representantes de organismos governamentais e não governamentais, universidades, empresários, sindicatos e movimentos sociais; participamos da delegação brasileira à reunião de continuidade da V CONFINTEA dos países do Mercosul e Chile; colaboramos com a Red de Educación Popular entre Mujeres no monitoramento dos compromissos relativos à educação das mulheres adultas.

Balanço e perspectivas

O Projeto conferiu mais visibilidade à temática da EJA e cooperou com a missão de Ação Educativa de constituir-se em centro de referência, mas não foi capaz de frear a redução dos recursos públicos atribuídos ao setor em decorrência da implantação do FUNDEF e do ajuste fiscal; nesse contexto, prevaleceram políticas compensatórias, como o Programa Alfabetização Solidária. A estratégia de continuidade da V CONFINTEA favoreceu a rearticulação dos agentes governamentais e não governamentais que atuam no campo, ensejando perspectivas positivas para 1999: reativação da Comissão intersectorial de assessoramento ao MEC, debate do tema pelo CONSED, promoção do Fórum Nacional e fortalecimento dos fóruns estaduais. Essa experiência pode ser amplificada através da Campanha por Direitos Educativos, que vêm sendo preparada com apoio da agência inglesa Action Aid.

Quanto à incidência da sociedade civil nas políticas públicas, observa-se o declínio de algumas formas de organização (como os centros de educação popular e projetos de alfabetização vinculados à igreja católica), enquanto emergem novas formas de relacionamento entre sociedade e Estado (como os MOVAs e fóruns intersetoriais), fenômenos que recomendam rever a estratégia de ação em redes. A EJA se consolida como temática acadêmica, mas há carência de pesquisas e publicações de qualidade, atividades nas quais Ação Educativa pode incidir. O destaque de 1998 foi a comunicação propiciada pelo boletim *Informação em Rede*, cujo aspecto gráfico requer aperfeiçoamento, assim como a sistemática de distribuição da revista *Alfabetização e Cidadania*.

2.1.3. PROJETO GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Sumário

Seu objetivo geral é implementar ou aperfeiçoar processos de democratização da gestão escolar. No período cumpriram dois objetivos específicos. Um deles era dotar técnicos de órgãos administrativos de redes escolares públicas com subsídios para replanejarem seu trabalho de apoio à democratização da gestão de unidades escolares. Para isso, propôs-se publicar um guia e ministrar um curso. O outro objetivo específico era implantar, em caráter experimental e exemplar, um modelo participativo de gestão em três unidades escolares, prestando assessoria aos seus servidores e usuários.

Atividades e produtos

O guia para equipes técnicas foi publicado com uma tiragem de dois mil exemplares, metade dos quais foi distribuída a

SIGLÁRIO

UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação, congrega os Secretários municipais dos mais de cinco mil municípios brasileiros, atuando no diálogo com as demais instâncias de governo, o legislativo, as organizações sindicais e técnico-científicas.

V CONFINTEA – 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo em julho de 1997. Os acordos aí estabelecidos vêm sendo monitorados pela Unesco, governos nacionais e organizações não governamentais nacionais e internacionais.

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, é um mecanismo que concentra 60% dos recursos mínimos de impostos aplicados em educação, destinando-os ao ensino fundamental regular. Para educação, em que cada município recebe montantes proporcionais ao número de alunos atendidos em suas redes de ensino fundamental. Outras modalidades, como a Educação Infa permanecem sem fonte de recurso definida, como a

Campanha por Direitos Educativos – Em fase de elaboração por Ação Educativa em parceria com Action Aid, Oxfam e outras agências de cooperação. Deverá incluir articulação de diferentes atores, execução e divulgação de ações exemplares, inserção na mídia, entre outras estratégias

MOVA – Movimento de Alfabetização é o título que vem sendo adotado por diversos programas de alfabetização de jovens e adultos que resultam da parceria entre o governos municipais e entidades comunitárias.

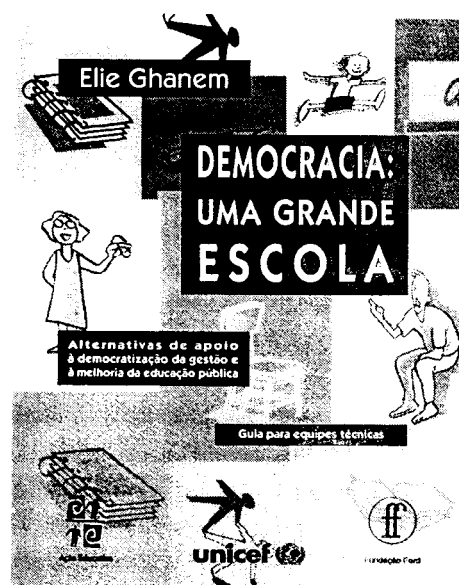
secretarias estaduais de educação, aos órgãos municipais dos dez municípios mais populosos de cada Unidade da Federação, a um conjunto de prefeituras cujos governos se orientam para práticas democratizadoras da gestão escolar, além de profissionais, pesquisadores, professores e especialistas que participaram de diversas palestras sobre o tema proferidas pelo autor.

O curso para equipes técnicas se realizou em cinco municípios do estado de São Paulo (Hortolândia, Vinhedo, Rio Claro, Barueri e Santos), somando 99 participantes, entre supervisores, encarregados de órgãos administrativos, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais.

O trabalho de assessoria nas três escolas envolveu a preparação de materiais e divulgação local de informações, a definição de temas e a realização de encontros para debatê-los, assim como a interlocução com os conselhos de escola para a elaboração de planos. Os dados de cada escola foram resumidos e apresentados de forma simplificada. Com o título *Dados básicos da área escolar*, esses resumos foram publicados, cada um com uma tiragem suficiente para que todo professor, aluno ou pai tivesse sua cópia para consulta. Sua distribuição se deu em sete reuniões com professores, 44 reuniões com alunos e 70 reuniões com pais, considerando o conjunto das três escolas.

Balanco dos resultados e perspectivas

As atividades permitiram identificar diversos pontos para revisão, especialmente: a) o curso traria efeitos mais significativos se estivesse articulado com a prestação de assessoria em escolas da mesma rede das equipes técnicas; b) é necessária uma opinião pública regional favorável à participação, que supere o isolamento das experiências em determinadas escolas; c) a participação precisa se referir também à gestão da rede escolar e a linhas mais gerais de política educacional, condicionantes das decisões que podem ter lugar nas unidades escolares; d) é preciso readequar as estratégias de assessoria nas escolas para tornar mais efetivo o papel dos professores no estímulo à participação. Porém, as atividades possibilitaram também articular alianças e elaborar projetos que respondam satisfatoriamente aos pontos críticos que requerem revisão.



2.2. ÁREA EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

2.2.1. PROJETO PRODUÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS

Sumário

Os objetivos deste projeto são produzir e divulgar recursos pedagógicos que subsidiem a atuação de educadores de jovens e adultos. No período, elaborou-se uma coleção de materiais didáticos para as séries iniciais do ensino fundamental, com 4 livros destinados a educandos e 4 guias para educadores. No âmbito da pesquisa, desenvolveu-se um levantamento de propostas curriculares para a Suplência II, que corresponde ao segundo segmento do ensino fundamental. Divulgaram-se também os resultados da pesquisa sobre analfabetismo funcional encerrada no ano anterior.

Atividades e produtos

Foram finalizados 2 livros da coleção *Viver, Aprender*, o que corresponde a 5 fascículos para estudantes e 2 guias para educadores. No primeiro semestre, conduziu-se uma aplicação experimental dos materiais em programas não governamentais e uma escola pública. Os volumes passaram por várias fases de revisão, incorporando indicações dadas pelos professores que aplicaram experimentalmente o material e por consultores nas áreas curriculares. Os fotolitos dos livros foram entregues ao Ministério da Educação, que se encarregou de providenciar uma edição de divulgação e orientações para os programas interessados em tiragens para alunos e professores. Paralelamente, deu-se continuidade à edição do livro 3, que deverá ser entregue ao Ministério no primeiro semestre de 1999, juntamente com o livro 4.

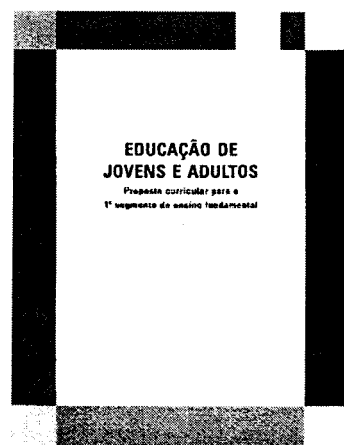
Com relação à pesquisa sobre as propostas curriculares para Suplência II, produziu-se um relatório preliminar submetido à análise de especialistas, que se reuniram em seminário de trabalho realizado no mês de agosto. No segundo semestre foi confeccionada a versão final do relatório.

Com relação à divulgação dos dados reunidos na pesquisa sobre analfabetismo funcional, encaminhou-se a publicação de um livro em co-edição com um editora comercial, a ser lançado em 1999. A pesquisa também foi apresentada em um congresso científico (Reunião Anual da ANPEd) e um artigo sobre ela foi aceito para publicação em revista acadêmica de âmbito nacional (*Revista Brasileira de Educação*). Além disso, os dados da pesquisa serviram de referência para 5 matérias de jornal e dois programas de TV divulgados ao longo do ano.

Balanco dos resultados e perspectivas

A proposta curricular que Ação Educativa elaborou e publicou com apoio do MEC em 1997 continua sendo reimpressa e multiplicada por meios eletrônicos, o que é indício da grande receptividade que o material didático terá, já que se trata de uma operacionalização do que indica a proposta curricular. Problemas operacionais atrasaram a confecção do material, o que infelizmente inviabilizou seu lançamento logo no início do ano letivo de 1999. Entretanto, os professores e especialistas que já conheceram o material têm salientado sua qualidade pedagógica, sua adequação ao público alvo e potencial formativo para educandos e educadores. Para o próximo ano espera-se que se realize ampla divulgação nacional dos materiais, além de uma avaliação de seu impacto. Ação Educativa deverá também atuar no sentido de ajudar municipalidades menores a viabilizar a impressão e distribuição dos livros.

O baixo grau de desenvolvimento das propostas curriculares para Suplência II que foram analisadas no decorrer da pesquisa sobre o tema dificultaram a indicação de indicações para novos currículos que estivessem assentadas em bases mais sólidas de experiência acumulada. Foi possível, entretanto, mapear questões críticas que devem ser enfrentadas para a elaboração pedagógica nesse campo, no delineamento de orientações curriculares para programas educativos nessa modalidade de ensino. Está previsto para o próximo ano a elaboração de um artigo divulgando as informações sistematizadas nessa pesquisa em periódico do campo da educação. Como desdobramento, a área investirá no acúmulo de mais conhecimentos sobre propostas pedagógicas destinadas a essa modalidade de ensino e numa atuação mais propositiva na formação de educadores que atuam na suplência II.



As informações resultantes da pesquisa sobre analfabetismo funcional, por sua vez, têm servido de subsídio para ações desenvolvidas no campo da educação de jovens e adultos, com perspectiva de desdobramentos para outros projetos de pesquisa. Destaca-se ainda seu impacto nos meios de comunicação, gerando inserções da problemática do analfabetismo na TV, rádio e jornais de grande circulação nacional.

2.2.2. PROJETO FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Sumário

O objetivo desse projeto é qualificar equipes pedagógicas de programas de educação de jovens e adultos e desenvolver e divulgar modelos de formação de educadores. O contato direto com educadores em formação é também estratégico para a equipe no sentido de viabilizar a sistematização de orientações pedagógicas e avaliação dos subsídios didáticos produzidos por Ação Educativa. Desenvolveram-se três modalidades de ações junto a programas de educação de jovens e adultos governamentais e não governamentais: assessorias continuadas, atendimento a demandas de cursos e promoção de cursos abertos ao público.

Atividades e produtos

Em assessorias continuadas, que envolvem encontros periódicos ao longo do ano com educadores e coordenadores pedagógicos, foram atendidos três programas, dois municipais (das prefeituras de Limeira e Vinhedo, em São Paulo) e um não governamental, que atua em todo estado. Ao todo foram beneficiados 150 professores e coordenadores e, indiretamente, aproximadamente 4.500 alunos. Para este trabalho tomou-se como referência a *Proposta curricular para educação de jovens e adultos* e os materiais didáticos – *Coleção Viver, aprender* — elaborados por Ação Educativa.

Os cursos de férias tiveram um caráter diferenciado das ações até então realizadas por Ação Educativa neste campo, pois, a partir do delineamento de um conjunto de temas, foi elaborada uma programação oferecida a educadores e equipes técnicas de diversos programas, com o objetivo de fomentar a formulação de novas demandas e estabelecer novos contatos.

No mês de julho ofereceram-se três cursos: “Proposta Curricular para o 1º segmento do ensino fundamental para jovens e adultos”; “Leitura e escrita na educação de jovens e adultos”; “Matemática: subsídios para educadores de jovens e adultos”. A aula inaugural teve como tema “Educação, Cultura e Cidadania”. Os cursos contaram com a participação de 120 pessoas de todas as regiões do país. A composição deste grupo por função foi a seguinte: professor(a) 51,4%; coordenador(a) de programa de jovens e adultos 17,8%; técnico(a) de assuntos educacionais 13,8%; supervisor(a) 9,9%; estudante universitário 5,9%; e, diretor 1,2%. No que se refere ao pagamento das inscrições, 65% dos participantes tiveram suas vagas financiadas pela instituição, apenas 17% pagaram suas próprias inscrições e Ação Educativa subsidiou, por meio de bolsas, a participação de 18% dos participantes ligados a organizações populares.

Ao longo do ano, Ação Educativa recebeu solicitações de cursos por parte de 30 instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. As demandas chegaram de todas as partes do país: 20% da região nordeste, 6,6% da região norte, 50% da região sudeste, 13,4% da região sul e 10% da região centro-oeste.

Foram atendidas 12 demandas, sendo seis de secretarias municipais de educação, uma de secretaria estadual, 2 de ONGs, uma de movimento popular e duas de organismos

sob administração pratonal. O conteúdo desses cursos norteou-se na *Proposta Curricular para o 1º segmento do ensino fundamental*; deles participaram, aproximadamente 700 pessoas, entre educadores populares, professores da rede pública, técnicos e coordenadores pedagógicos.

Foram realizados ainda 13 minicursos de 6 horas junto a Conselhos Comunitários do estado de São Paulo. O objetivo foi o de divulgação a Coleção *Viver, aprender* elaborada por Ação Educativa para os mil educadores de jovens e adultos que atuam articulados a esses conselhos, atendendo 27 mil jovens e adultos.

Balances dos resultados e perspectivas

De modo geral, as atividades de formação foram avaliadas de maneira positiva por seus demandatários e beneficiários diretos. Avalia-se, entretanto, que a aceitação de demandas de cursos deve nortear-se por critérios mais rígidos, visando garantir que o trabalho realizado durante o curso possa ter o seguimento necessário e fato transformar a prática pedagógica dos professores.

É urgente também a necessidade de se sistematizar e registrar a metodologia de formação que vem sendo construída ao longo dessas experiências, de modo que Ação Educativa possa participar de forma mais qualificada do debate em torno das políticas de formação de educadores atualmente em curso.

Devem também ser tomadas providências para continuar aperfeiçoando aspectos operacionais desses serviços, como o aumento do número de vagas em cursos oferecidos nos períodos de férias, além da ampliação e aperfeiçoamento da equipe de formadores.

2.3. ÁREA JUVENTUDE – EDUCAÇÃO, CULTURA E TRABALHO

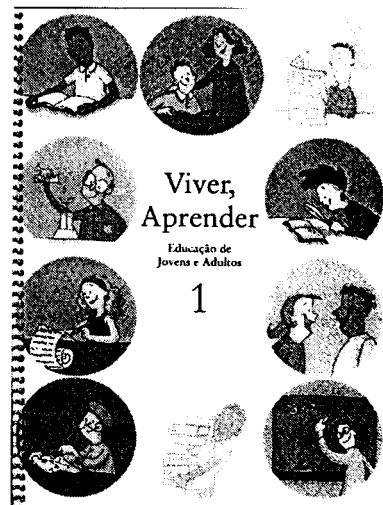
2.3.1. PROJETO APOIO A GRUPOS JUVENIS

Sumário

O objetivo é apoiar grupos juvenis nas suas formas de organização e de expressão pública e nas estratégias de enfrentamento de suas questões. Contempla uma relação de assessoria mais contínua com pelo menos um grupo, por meio do fornecimento de subsídios, da interlocução constante, da organização de atividades de formação para seus membros e da facilitação de sua interlocução com outros atores. Agregam-se aí também atividades relacionadas à troca de experiências, ao desenvolvimento da solidariedade e à articulação entre diferentes grupos juvenis.

Atividades e produtos

Uma assessoria mais contínua foi realizada junto ao grupo Solidária Idade, formado por estudantes que desenvolvem ações de solidariedade entre jovens. Além de algumas reuniões para planejamento de atividades conjuntas, organizamos uma discussão sobre violência (tema escolhido para 98) com um professor universitário e uma oficina de vídeo para seus integrantes. Organizamos também o “Seminário Grupos Juvenis para a Solidariedade”, que reuniu 50 representantes de quatro grupos de São Paulo, dois do Rio de Janeiro, um de São Leopoldo (RS) e dois da Noruega.



Fomos demandados por dois grupos juvenis (um do Rio de Janeiro e outro do Rio Grande do Sul) a apoiá-los na organização de encontro nacional de organizações juvenis. Sediámos uma reunião e contribuimos para o desenvolvimento de uma proposta. Demos também assessoria à organização e realização da Plenária de Políticas Públicas do I Festival Nacional da Juventude e incentivamos a participação dos mais diversos grupos e entidades juvenis a que tínhamos acesso, promovendo a participação de nove grupos de São Paulo (organizados em torno da expressão cultural, da religião, da ação comunitária e da solidariedade), dos mais diversos segmentos sociais; além disso, obtivemos o financiamento para a viagem de 35 jovens.

Balanço dos resultados e perspectivas

No que diz respeito ao apoio ao Solidária Idade, nosso trabalho realizou-se de acordo com o previsto e demandado pelo grupo. Um saldo positivo é a sua articulação com outros grupos juvenis da cidade. Fora de uma interlocução constante e difusa, nossa relação com o grupo vem cada vez mais claramente concentrando-se em atividades específicas de formação e deve prosseguir nesse mesmo rumo.

O ano de 1998 registra uma grande novidade no cenário da constituição de direitos juvenis no país: a Plenária de Políticas Públicas do I Festival Nacional da Juventude, para a qual demos contribuição decisiva, propiciou que, pela primeira vez, jovens organizados nos mais diversos tipos de associações juvenis discutissem políticas públicas para a juventude. Com isso, nosso trabalho junto a grupos juvenis deu um salto: com o apoio à participação dos grupos e à realização da Plenária passamos a ser referência para mais grupos juvenis, tanto de São Paulo quanto de outros estados, tanto grupos musicais quanto juventudes partidárias e religiosas. Nesse processo, o Solidária Idade articulou-se ao Fórum de Grupos Juvenis da Cidade de São Paulo.

Embora o público-alvo previsto no Plano Trienal (1997-2000) fossem os grupos juvenis da Grande São Paulo, na prática, nossa relação vem se consolidando com os grupos mais organizados. Suas demandas dizem respeito ao apoio à sua articulação e organização e à discussão de políticas para juventude.

Para 1999, devemos assessorar, de forma constante, tanto o Fórum de Grupos Juvenis da Cidade de São Paulo quanto a Comissão Nacional de Organizações Juvenis – responsável pelo processo de criação do Fórum Nacional de Juventude e pelo apoio à organização do II Festival Nacional de Juventude. Há possibilidades de constituirmo-nos como secretaria técnica desse evento.

2.3.2. PROJETO CENTRO DE REFERÊNCIA SOBRE JUVENTUDE

Sumário

Visa produzir e divulgar subsídios baseados numa compreensão abrangente da “questão da juventude”, necessários à formulação de ações e políticas relativas aos jovens. Compreende as atividades relativas a uma Base de Dados e à inclusão e à qualificação do tema juventude em espaços estratégicos. A Base de Dados é constituída de quatro bancos: banco bibliográfico (livros, monografias, teses, dissertações, artigos de periódicos, boletins, vídeos, papers etc.); banco de notícias (matérias sobre juventude publicadas na imprensa de todo o país); banco de experiências (informações sobre ações e programas dirigidos a jovens e ações de iniciativa juvenil); cadastro de grupos e instituições: (com informações sobre as entidades e grupos autores das ações registradas no banco de experiências).

Atividades e produtos

Encerrou-se a alimentação do banco de notícias, que abrange o período de fevereiro/95 a fevereiro/97. Os registros referentes a esses dois anos já permitem uma visão acerca de como a juventude é vista na imprensa, objetivo principal do levantamento. Do período posterior a fevereiro/97, estão sendo indexados apenas os artigos de imprensa que dão origem a registro de experiências. O banco de experiências foi alimentado com as experiências de jovens registradas na imprensa no período de outubro de 1996 a março de 1998, com as experiências para jovens registradas na imprensa no período de outubro de 1996 a fevereiro de 1997 e com 177 experiências de e para jovens às quais tivemos acesso fora da imprensa, totalizando 2.020 novos registros. O cadastro de entidades responsáveis pelas experiências totalizou 1670 registros.

Cumprindo a meta de incluir e qualificar o tema Juventude em espaços estratégicos, a equipe participou de vários eventos e canais de debate e divulgação. Atendemos a demandas provenientes de cerca de 20 atores de diversas origens: pesquisadores, formuladores de políticas, escolas de ensino médio, agências financiadoras, meios de comunicação, ONGs.

Participamos de 18 eventos de debate e divulgação, sob a forma de palestras (organizados por uma Secretaria Estadual de Educação, por uma Universidade e por um Governo Estadual), debates (em seminário promovido por um órgão do Ministério do Planejamento e em um festival dirigido a público jovem), relato de experiências (em eventos organizados por uma Secretaria Estadual de Educação e um Museu) entrevistas (para um jornal diário, uma rádio e uma revista), publicação de artigos (em revista de divulgação científica, em revista dirigida a jovens e em livro). Destaca-se, aqui, a organização de um ciclo de 4 debates, intitulado “Juventude e Contemporaneidade”, promovido por Ação Educativa em parceria com ANPEd e empresa Ática Shopping Cultural, que reuniu uma média de 200 pessoas (entre jovens, educadores, pais e agentes sociais) em cada noite.

Balanco dos resultados e perspectivas

A complexidade do banco de experiências (que interliga fichas de artigos de imprensa, de experiências e de cadastro) tem-se mostrado muito maior do que se supunha e, a todo momento, exige reavaliações e reorientações. Com isso, o objetivo de incrementá-lo foi cumprido, mas não o de torná-lo disponível para o público externo.

No momento, a alimentação do banco de experiências está temporariamente suspensa e as fichas originadas de artigos de imprensa, bem como as respectivas fichas de entidade, estão sofrendo uma profunda e detalhada revisão para permitir uma análise mais acurada dos dados disponíveis. O primeiro semestre de 1999 será particularmente importante no que diz respeito a esse banco, pois dele extrairemos dados que darão base a análises relativas tanto à visão social da juventude registrada na imprensa como aos sujeitos, às modalidades de ação e aos temas relativos às experiências para jovens e de jovens. Uma vez concluídas essas análises, será o momento de reorientação dos bancos.

Quanto à inclusão e qualificação do tema Juventude, o saldo é bastante positivo. De modo geral, a visibilidade e importância do tema vêm crescendo na sociedade brasileira, tornando-se alvo de preocupação de fundações empresariais, ONGs, partidos políticos e governos, embora ainda de forma incipiente e com poucas conseqüências efetivas em termos de ações mais permanentes e políticas dirigidas a esse público. Nesse ano foram registrados 2 eventos nacionais que indicaram esse crescimento: um seminário institucional com o intuito de colher subsídios para a formulação de políticas por parte do governo federal e um festival em que os jovens tiveram espaço dedicado à discussão de como interferir na formulação de políticas.

